

Cap 13 O conceito de felicidade em Aristóteles (parte um)

Ramiro Marques

O autor que melhor interpretou e compreendeu o conceito de *eudaimonia* em Aristóteles foi Richard Taylor (1). Toda a filosofia moral dos gregos girou em torno de duas questões fundamentais: o que é a felicidade? Como a podemos adquirir? Só com o início do Cristianismo é que estas duas perguntas foram substituídas por outras duas: o que é o bem e o que é o mal? O certo e o errado sempre estiveram presentes em todas as sociedades humanas e culturas. Contudo, antes do Cristianismo se ter difundido no Império Romano, constituindo-se em religião dominante e oficial, o bem e o mal eram interpretados em função daquilo que os costumes ou as leis dos homens permitiam ou proibiam. O que as leis humanas e os costumes permitiam era considerado o bem; o que os costumes e as leis proibiam era considerado o mal. Havia, ainda, aquilo que os costumes e as leis requeriam e isso era considerado uma obrigação. Nem o certo, nem o errado, nem o dever tinham conotações morais. Eram tidos como profundamente dependentes da cultura e do meio e não eram vistos nem como comandos de origem divina, nem tão pouco como imperativos da razão humana. Os comandos de origem divina nascem com a ideia de um Deus legislador e o Cristianismo retomou essa ideia da religião e da cultura judaicas. Importa ter presente que o Cristianismo primitivo era uma forma de judaísmo.

Para os gregos antigos, a felicidade era a base da ética e seria impensável pensar noutra coisa. Convém, no entanto, sabermos qual era, para os gregos antigos, a natureza da felicidade. Não era seguramente o mesmo que riquezas, glória, honras, alegria, prazer ou contentamento. A palavra grega, *eudaimonia*, quer dizer, literalmente, ser possuído por um bom demónio e isso só acontecia a quem era abençoado desmedidamente. A felicidade não estava ao alcance de todos, mas apenas de alguns, abençoados pelos deuses, dotados de um inteligência criativa fora do comum e capazes de

realizarem todo o elevado potencial que possuíam. Com o Cristianismo, a felicidade passa a ter uma conotação completamente diferente, em muitos casos, oposta, na medida em que os humildes, os pobres de espírito, passam a ser considerados em maior conta dos que as pessoas de superior inteligência e conhecimento. Dos simples e humildes será o Reino dos Céus. Esta máxima seria impensável na Grécia do tempo de Aristóteles. Na verdade, para o Cristianismo, a verdadeira felicidade é a beatitude e essa só se pode alcançar depois da morte. Está reservada aos justos e aos crentes, não necessariamente aos mais excelentes e aos mais inteligentes. Com Kant e a ética deontológica, a felicidade deixa de ter lugar no campo da reflexão ética e da moral. É substituída pelo dever e pelo respeito incondicional do imperativo categórico. Os comandos morais, a lei moral, deixam de ser apanágios de um supremo legislador, Deus, e também não são produtos de homens legisladores; passam a ser do domínio da razão pura. E, nesse sentido, a felicidade perde o pouco lugar que ainda tinha no campo da moral. Com os utilitaristas, a felicidade volta a entrar no campo da ética, mas agora entendida de uma forma completamente diferente quer dos gregos antigos quer dos cristãos. A felicidade passa a ser vista como prazer: o maior prazer para o maior número.

Aristóteles tinha uma concepção completamente diferente de felicidade. A ideia de felicidade estava ligada à superior realização humana, à excelência no desempenho da função que distingue os homens livres dos não livres e dos animais: o uso da razão, a utilização da inteligência criativa e tudo isso realizado de forma excelente. A virtude, *areté*, queria dizer precisamente isso: excelente. Por isso, a concepção de felicidade em Aristóteles associa, intimamente, a felicidade à excelência e desta à virtude.

Notas

1) Taylor; R. (2002). *Virtue Ethics*. Nova Iorque: Prometheus Books